



Carta política do II Encontro de Sementes do Semiárido Brasileiro

“Agricultura familiar camponesa na luta por direitos pela soberania alimentar e pela agrobiodiversidade no semiárido”

Somos 150 agricultores e agricultoras familiares, educadores e educadoras populares e representantes das organizações de assessoria. Participamos da Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA) e da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), e nos reunimos em Maceió, Alagoas, para reafirmar o nosso compromisso com a defesa dos nossos direitos e do nosso patrimônio: Sementes Crioulas, também chamadas Sementes da Gente, Sementes da Paixão e Sementes da Resistência, que são indispensáveis para a convivência com o Semiárido em bases agroecológicas, para a segurança alimentar e nutricional em nosso bioma e para enfrentar o grave problema das mudanças climáticas.

Historicamente, água e semente sempre se constituíram em instrumentos de dominação das elites latifundiárias e perpetuação da pobreza. Ao estocar e usar a água de forma descentralizada e resgatar e disseminar as sementes crioulas e a biodiversidade, estamos semeando resistência, autonomia, liberdade e riqueza para a agricultura familiar camponesa do Semiárido.

A ASA reúne mais de 800 experiências coletivas de bancos e casas de sementes que envolvem cerca de 15.000 famílias, além de incontáveis bancos familiares, que guardam um patrimônio inestimável de centenas de variedades crioulas. Estamos certos que devemos e podemos fortalecer e ampliar essas experiências, e assumimos este compromisso.

Em parceria com pesquisadores da Embrapa estamos mostrando que as sementes que compõem nosso patrimônio genético são muito produtivas, resistentes, adaptadas ao Semiárido e independentes de adubos químicos e agrotóxicos. Por isso são tão valorizadas pelos agricultores e agricultoras. Isso nos ajuda a derrubar o mito de que as variedades crioulas são inferiores às das empresas. Reivindicamos recursos públicos para que estes trabalhos participativos sejam multiplicados.

Temos conquistas importantes em relação ao reconhecimento legal de nossas práticas e direitos e às políticas públicas. Nossas sementes crioulas são agora reconhecidas por lei como sementes, e não grãos. Está na lei de sementes, no tratado da FAO sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura, e na Convenção da Diversidade Biológica, que reconhecem o papel fundamental dos agricultores e agricultoras familiares na conservação da agrobiodiversidade. Conscientes e informados que as sementes crioulas não podem ser excluídas de políticas ou programas públicos, não permitiremos que nossas sementes sejam diminuídas e desvalorizadas, e lutaremos por uma verdadeira política pública de sementes crioulas no Brasil.

Em Alagoas e na Paraíba existem leis estaduais de sementes que apóiam o trabalho dos agricultores e agricultoras familiares. Seguiremos nos mobilizando pela construção de outras leis estaduais e municipais.

Avaliamos como uma conquista importante o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), operado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), trabalhar com as sementes crioulas. Nos estados da Paraíba, Alagoas e Minas Gerais, foram compradas, via PAA, desde 2003, mais de 536 toneladas de sementes crioulas, de dezenas de variedades locais, beneficiando diretamente 23.000 famílias.

Afirmamos que as sementes crioulas não se enquadram nos regimes de propriedade intelectual e de padronização do agronegócio. Reivindicamos que o governo federal crie uma regulamentação específica sobre sementes crioulas, que supere os entraves hoje identificados e respeite os princípios do tratado da FAO. Queremos garantia dos nossos direitos de produzir, armazenar, trocar e comercializar nossas sementes crioulas.

Apesar dos avanços, estamos cientes dos desafios que temos. No Brasil, já são mais de 25 milhões de hectares de cultivos transgênicos, somos o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, mais de 1 milhão de toneladas despejadas anualmente nos campos, 5,2 kg de venenos para cada brasileiro. Só quem lucra com isso são poucas empresas multinacionais em detrimento do interesse público. É por isso que somos contra os agrotóxicos e os transgênicos, e consideramos inadmissível que o Estado brasileiro continue apoiando fortemente esse modelo. Repudiamos as práticas ilegais e imorais de empresas que estão impondo as sementes transgênicas, promovendo dias de campo, enganando os agricultores e incentivando o plantio de transgênicos.

Reivindicamos que o governo brasileiro suspenda a liberação das variedades transgênicas de milho, liberadas sem estudo de avaliação de risco na nossa região, e que contaminam os nossos roçados, e que não libere o feijão transgênico desenvolvido pela Embrapa, do qual não precisamos. Podemos produzir diversos feijões de forma agroecológica, como mostram as experiências dos agricultores e pesquisas da própria Embrapa.

Exigimos um Brasil e um Semiárido livre de transgênicos e lutamos por isso.

Apoiamos a moratória internacional contra o terminator. Somos contra esta tecnologia, e repudiamos veementemente os projetos de lei para liberação desta tecnologia contra a vida.

A maioria dos programas de sementes, do governo federal e dos estados, promovem a distribuição massiva de uma única variedade de poucas espécies, desenvolvidas pelas empresas de pesquisa produzidas em sistemas agroquímicos e tratadas com agrotóxicos, não adaptadas à diversidade do Semiárido. Estes programas vem provocando erosão genética do valioso patrimônio das nossas sementes crioulas.

Reconhecemos o esforço do governo brasileiro em enfrentar o problema da extrema pobreza, uma dívida histórica do Estado brasileiro com o seu povo. O acesso dos agricultores e agricultoras mais pobres a sementes diversificadas, adaptadas aos diferentes contextos socioculturais e ecológicos do Semiárido, é condição determinante para romper com o círculo vicioso gerador da miséria, gerando autonomia e contribuindo para a promoção da segurança alimentar das famílias.

Portanto, reivindicamos que o Programa Brasil Sem Miséria trabalhe prioritariamente com sementes crioulas, construindo as condições para que, num futuro próximo, o programa trabalhe exclusivamente com essas sementes. Nossos campos e bancos de sementes são capazes de produzir sementes crioulas de qualidade para apoiar o programa.

Reivindicamos que o PAA amplie as suas ações com sementes crioulas, e que haja recursos específicos para sementes crioulas e agroecológicas, com preço justo e que não comprometa o acesso dos agricultores que já trabalham com outras modalidades do PAA.

Reivindicamos que os governos apoiem os bancos de sementes crioulas com infraestruturas de beneficiamento, armazenamento e transporte, recursos para gestão comunitária, intercâmbios, feiras, sistematização de experiências e assessoria técnica.

A partir da experiência do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), assumimos na ASA, o compromisso de identificar e apoiar outros bancos e casas de sementes e fortalecer as nossas experiências e redes de intercâmbio, pois temos um compromisso com a vida e com as gerações futuras. E por isso lutaremos permanentemente.

Sementes da Paixão Sim!

Sementes da Resistência Sim!

Sementes da Gente Sim!

Transgênicos Não!

Sementes: patrimônio dos povos a serviço da humanidade!

Por um Semiárido livre de transgênicos e agrotóxicos, sem pobreza, com soberania alimentar!

Maceió, Alagoas, 8 de julho de 2011